



## **1ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP**

14 e 15 de outubro de 2009

Local: Salão Negro – Palácio da Justiça – Brasília, DF

### **14 de outubro - MANHÃ**

#### **SOLENIDADE DE POSSE DOS CONSELHEIROS (14/10)**

O Cerimonial do Ministério da Justiça dá as boas-vindas à posse do Conselho Nacional de Segurança Pública. Presentes à Mesa, estavam o **Secretário de Assuntos Legislativos Pedro Abramovay**, a **Secretária de Direito Econômico Mariana Tavares**, o **Secretário de Reforma do Judiciário Rogério Favreto**, o **Secretário Executivo do Pronasci Ronaldo Teixeira**, o **Secretário Nacional de Segurança Pública Ricardo Balestreri**, a **Coordenadora-Geral da 1ª CONSEG e Secretária-Executiva do CONASP Regina Miki** e o **Ministro de Estado da Justiça Tarso Genro**.

Fora lido o texto seguinte:

*“O esforço participativo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública desencadeou um conjunto de mudanças na relação entre o cidadão e o Estado para a construção de políticas públicas de fato participativas e democráticas.*

*O Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP – instituído pelo Decreto nº 2.169, de 4 de março de 1997, encontrava-se desativado quando as discussões da Conferência tiveram início e permaneceu assim durante todo o processo participativo. Estabelecido como um “órgão colegiado de cooperação técnica” para o “combate à criminalidade”, o CONASP pré-Conseg era composto por representantes dos órgãos gestores e das forças policiais. Exceto pela previsão de participação do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, não havia qualquer representante da sociedade civil organizada entre seus membros. Também não havia representação de entidades dos trabalhadores do setor.*

*Para a continuidade e efetividade dos resultados da Conseg, a reestruturação do CONASP firmou-se como uma ação prioritária. O Decreto nº 6.950, de 26 de agosto de 2009, foi então publicado, de modo bastante simbólico, no primeiro dia da Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Entre suas principais mudanças, está a previsão da participação dos três segmentos – gestores, trabalhadores e sociedade civil. Além disso, suas decisões não possuem caráter meramente consultivo, mas também deliberativo e, com a homologação ministerial, ganham força normativa.*

*O mandato de um ano dos conselheiros a serem hoje empossados, expresso formalmente nos seus atos constitutivos, assegura que suas decisões estão voltadas à institucionalização de um novo Conselho Nacional de Segurança Pública, ainda mais participativo e representativo, a surgir após a realização histórica do seu primeiro processo de escolha democrática em 2010.”*

**O Ministro de Estado da Justiça Tarso Genro** acolheu os participantes com as seguintes palavras:



*“A minha saudação fraterna e agradecida a todos os integrantes do Conselho Nacional de Segurança Pública reunidos nesta sala. É uma grande honra para nós que homens e mulheres das mais distintas fontes de participação pública se disponham a integrar este Conselho que na esteira da recomendação é a primeira conferência nacional de segurança pública, tem inclusive funções deliberativas, integradas evidentemente dentro dos preceitos legais e constitucionais que regulam a administração pública do país.*

*Nós estamos vivendo, me permitam fazer alusão a outros temas importantes, que direta ou indiretamente dizem respeito à segurança pública, nós estamos vivendo um momento extraordinariamente importante da vida do país no que se refere à mudança de paradigmas. Os meus Secretários, Secretárias e Diretores estão aqui são peças fundamentais neste processo de mudança. É tratado na síntese feita pela 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública que teve à testa a Secretária deste Conselho, a Dra. Regina Miki como Coordenadora por parte do Governo Federal. Eu faço menção a esses temas porque é natural que quando algumas das questões importantes para o futuro do país começam a avançar, particularmente na área de segurança, que a gente procure encavar na consciência de cada um o protagonismo aguerrido à sociedade civil, ao estado, às estruturas políticas do país, aos seus comandos, à administração pública que é ao Estado brasileiro e à sociedade civil os méritos desta transformação.*

*Parodiando o nosso Presidente, jamais em tempo algum tivemos um trabalho tão profundo e tão organizado no nosso país no combate aos cartéis, na defesa do consumidor. Ontem nós tivemos o prazer de ver estampado num grande jornal do país, faço uma referência ao jornal O Valor especificamente, que é importante esta menção, o reconhecimento das supremas autoridades americanas no combate aos cartéis, dando o nosso país como exemplo. Apontando o Brasil como exemplo. Não só no que se refere à potencialidade de aplicação de pesadas multas originárias do nosso sistema legal, mas também do sistema de incriminação administrativa e penal das pessoas envolvidas em processo de capitalização.*

*No que se refere à cooperação internacional no combate a lavagem de dinheiro nós temos envolvido com as polícias, com a polícia federal, com o nosso Ministério Público do Estado e da União, um regime de colaboração que nos permite dizer hoje que o Brasil se encontra numa possibilidade de cooperação internacional inédita na sua história para bloquear as fontes de financiamento do crime organizado, e é obviamente quando isto estabelece vínculos com o financiamento de eventuais ações terroristas. O segundo pacto de reforma do poder judiciário envolve em torno de 15 projetos já chega ao seu nono projeto já aprovado no nosso Congresso Nacional. O pacto recentemente pelo Poder Executivo e pelo Poder Judiciário com a colaboração da Ordem dos Advogados, com a colaboração do Ministério Público Federal, e de distintas representações do mundo do direito. A nova lei, a última lei sancionada pelo Presidente da República que organiza, valoriza e requalifica as defensorias públicas do país, já está vigente. Esta lei é originária desta articulação do Poder Executivo com o Poder Judiciário e com a responsabilidade sóbria, articulada do nosso Poder Legislativo.*

*Ontem tivemos levantamos uma estatística divulgada hoje já dos efeitos da combatida Lei Seca, sobre os acidentes e os acidentes seguidos de morte em nosso país, com uma queda significativa nas estradas federais, de 8% na queda das mortes e de 9% na queda dos acidentes. Isto é um esforço originário do Estado, do Poder Legislativo, das autoridades policiais, da nossa Polícia Rodoviária Federal, das autoridades estaduais, que começam a virar o fio da meada. E portanto agregar valor à nossa vida coletiva, à nossa vida social, ao nosso lazer com mais segurança nas estradas. O que se refere a recursos na área de segurança pública transferido para os estados e transferidos para os municípios. Nós queremos dizer que esta gestão está transferindo para os estados e municípios 5*



*vezes mais recursos destinados à segurança pública, seja em ações preventivas, seja em ações de natureza policial típicas em comparação aos anos precedentes.*

*Isto é produto do PRONASCI, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Lamentavelmente, e é bom que se diga isto, não se trata de crítica de competência, ou de uma crítica responsável a uma ou outra gestão uma boa parte dos estados e municípios não estavam preparados para usar estes recursos de maneira adequada. Não tinham estruturas institucionais capazes de absorver os recursos disponíveis. Na área por exemplo penitenciária, o nosso DEPEN tem transferido neste momento além de outros recursos que estão em execução 460 milhões de reais que estão pendentes de execução. Tem execução zero, para reforma e construção de penitenciária. Destes 460, 200 são recursos deste ano, portanto é aceitável, é tolerável em decorrência desta carência institucional, desta capacidade de execução dos estados e dos municípios.*

*Este não é um rápido informe triunfalista, mas sim uma homenagem a vocês que se dispõem a despendar do seu tempo, da sua inteligência, da sua capacidade para colaborar com o Estado Brasileiro nesta grande virada do paradigma da segurança pública em nosso país. Quando nós começamos a discutir a nova formatação do Conselho e a posição que nós levaríamos para a Conferência, que o Estado levaria, que o Ministério da Justiça levaria pelo Estado nós discutimos se o Conselho deveria ter uma função deliberativa ou uma função consultiva. Tivemos um acirrado debate no nosso meio. Como nós tomamos as nossas decisões importantes aqui sempre de maneira de a lógica coletiva, com debate aprofundado, nas reuniões da nossa equipe política, do nosso Secretariado que compõe esta equipe, este foi um tema que nós discutimos e eu defendi a posição que se tornou hegemônica no nosso meio, não pela minha autoridade como administrador, mas pelos argumentos que nós despendemos, pela experiência que nós temos de participação da sociedade civil na gestão pública que este Conselho deveria ter uma função deliberativa.*

*E esta função deliberativa dá a este Conselho uma responsabilidade maior. Porque as suas decisões, são decisões que tendencialmente a menos que contrariem evidentemente alguma norma constitucional ou legal vão ter que ser implementadas pelo Ministério da Justiça. Estou falando nesse aspecto inovador do nosso Conselho, um Conselho com função deliberativa, eu remeti aos meus companheiros de trabalho a experiência que vivemos em outras administrações públicas onde a função deliberativa, vinculada a articulação e movimentação da sociedade civil adquire uma verdadeira competência de controle público do estado. E que tem efeito sobre a conduta dos administradores. E que tem efeito sobre a conduta de agentes políticos.*

*Portanto eu quero deixar aqui a minha saudação a todos vocês. Dizer que é um orgulho para nós vocês terem aceito participar deste Conselho pela importância, pela dimensão que ele tem e sobretudo pelo momento histórico que ele expressa que é este momento de mudança profunda na segurança pública no nosso país. Neste momento quero dizer a vocês que nós já executamos do Programa Nacional de Segurança Pública em torno de 85% dos recursos. Nunca houve uma execução neste período que alcançasse esta execução. O mais comum é que em dezembro se desenvolva o processo de execução para ocupar os recursos existentes.*

*E neste momento nós estamos conversando com o Presidente da República, e evidentemente obedecendo a sua orientação e com o Ministro do Desenvolvimento para que nós tenhamos já rapidamente os novos limites para que nós possamos chegar no fim do ano e executar 100% do PRONASCI O que vai acelerar estas mudanças e dar consistência inclusive ao próprio trabalho que vocês realização neste conselho. Muito obrigado.”*

Encerrada a cerimônia e desfeita a mesa, a 1ª Reunião Ordinária do CONASP foi suspensa pela sua **Secretária Executiva Regina Miki** até a sua retomada na manhã do dia 15 de outubro, interstício em que



foi realizada a 9ª Reunião da Comissão Organizadora Nacional (CON) da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª CONSEG).

## **15 de outubro – MANHÃ**

### **CONTINUAÇÃO DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONASP (15/10)**

#### **Período da manhã**

A mesa foi composta inicialmente com o **Secretário Nacional de Segurança Pública**, que assumiu a presidência da 1ª sessão da plenária do CONASP, e com a **Secretária Executiva do CONASP**. Os participantes foram acolhidos pelo **Presidente**:

*“Boa tarde a todos, senhoras e senhores Conselheiros. Nós temos uma pauta bastante forte hoje. E inicialmente eu gostaria, já que esta é a primeira reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública.*

*Oficialmente, vocês já estiveram reunidos ontem, mas com outro caráter, o da CON, que foram os fechamentos e encaminhamentos que eram necessário dar-se após a Conferência. E eu quero dizer em nome do Ministro e do meu próprio nome que me cabe legalmente na ausência do Ministro, que obviamente tem uma série de problemas de agenda, e me cabe na ausência do ministro a presidência deste Conselho. E quero portanto saudar a todas e todos, agradecer muito a disposição das senhoras e dos senhores para esta nova jornada, para esta nova caminhada que nós vamos fazer na segurança pública brasileira.*

*Muito brevemente gostaria e lembrar que o Conselho Nacional de Segurança Pública foi instituído após a constituição de 1988, mas com características diferentes deste conselho que nós temos aqui hoje. O conselho que foi instituído ele não tinha uma participação da sociedade civil e não tinha a participação, a presença dos trabalhadores da área da segurança pública. Era, portanto, um conselho mais governista, em que pese não haver demérito sobre isto porque foi uma tentativa de avanço. Mas de qualquer maneira o Conselho Nacional de Segurança Pública nunca teve uma presença expressiva, após constituído, e além de não ter uma presença expressiva, a partir do ano de 2002 ele praticamente foi desativado. Ele não funcionou.*

*Talvez este não funcionamento até se deva a este perfil mais governista e menos participativo. Obviamente, quanto menos representativo é um conselho menor será a necessidade de reuni-lo, porque ele acaba se tornando mais um mero órgão de governo. Quando eu digo um mero órgão de governo eu não quero dizer que um conselho não seja também um órgão de governo, mesmo com a participação da sociedade civil e dos trabalhadores, e mesmo o conselho tendo autonomia, ele acaba sendo um órgão de governança também. Mas o perfil dele, sendo mais múltiplo, simplesmente motiva mais a uma necessidade de reuniões, de tomadas, de tópicos de assuntos da área de segurança e de encaminhamentos de ordem prática.*

*Então nós tivemos com a Conferência Nacional de Segurança um processo de democratização da discussão sobre segurança pública no Brasil. Obviamente foi um grande início do processo de democratização. Obviamente a conferência é um divisor de águas fundamental na história contemporânea da segurança, mas não é o alfa e o ômega. Podemos dizer que é um alfa no processo da segurança. Mas nos leva a necessidade da continuidade da construção do processo. Então a Conferência, particularmente não apenas o seu momento formal, mas os seus momentos preparatórios, ela foi fundamental para a socialização da discussão sobre segurança pública. Nós tivemos aí mais de meio milhão de pessoas mais direta ou mais indiretamente discutindo um tema*



*que normalmente é discutido na sociedade brasileira, exclusivamente a luz do senso ordinário, do senso comum.*

*Então a Conferencia leva a um contingente imenso populacional. Uma discussão sobre um tema complexo, sob a luz de uma visão de complexidade, superando uma tradicional tendência na historia brasileira de só discutir segurança publica em meio a grandes crises de insegurança.*

*Este processo, portanto, de democratização, engendrado pela Conferência, ele vai desaguar entre outras coisas, neste Conselho Nacional de Segurança Publica ainda de caráter transitório, mas nem por isto menos importante. Como particularmente com o Decreto 6.950 de agosto de 2009 que as senhoras e os senhores conhecem.*

*Bom, superada a Conferência nós temos então hoje a instalação, tivemos ontem a posse, mas temos hoje a instalação concreta do novo Conselho Nacional de Segurança Pública. E é importante que a gente marque aqui a diferença de atribuições, e eu diria a diferença inclusive de estrutura, de pano de fundo das discussões deste Conselho e da CON. Porque o que nós temos, por ser um conselho transitório que vai encaminhar o conselho definitivo, a opção feita pelo governo foi herdar a estrutura que a CON nos deixou e isto é importante, isto é uma maneira de começar mais rapidamente, não tem que começar do zero.*

*Mas, contudo é fundamental que a gente veja, que a gente já parta sabendo claramente as diferenças entre a CON e entre o Conselho Nacional de Segurança Pública. Quer dizer, a CON obviamente criou uma cultura própria voltada à Conferência Nacional de Segurança Pública. Mas o Conselho Nacional de Segurança Pública tem que ter agora uma face própria voltada às grandes discussões públicas da segurança publica brasileira e não da Conferência e nem da próxima conferência, mas disto que é o dia-a-dia, disto que é o encaminhamento dos grandes processos, como eu diria, da segurança publica no Brasil.*

*Então eu gostaria nesta fala de boas vindas de marcar esta diferença de realidade, ainda que seja este Conselho basicamente constituído pelos membros de maneira geral da CON, este Conselho Nacional de Segurança Publica não é mais a CON. Então tem que ter a sua própria dinâmica, os seus próprios focos de discussão, o seu próprio fluxo de discussão que não se confunde mais com o fluxo da CON, que foi fundamental, importantíssima para a Conferência, mas que tinha um caráter tópico, foi uma intervenção em função da Conferência Nacional de Segurança Pública.*

*Este Conselho, portanto, não tem o caráter tópico. Ele tem um caráter sistêmico de discussão e precisa assumir a sua vocação sistêmica que é muito mais ampla, sem nenhum demérito do caráter anterior da CON, mas a discussão deste Conselho é muito mais ampla do que aquela discussão que era tópica em torno da Conferência Nacional de Segurança Publica.*

*Eu quero frisar ainda uma vez mais este novo caráter do Conselho Nacional de Segurança Publica com a presença dos três segmentos, dos trabalhadores na área da segurança, da sociedade organizada e do poder publico.*

*Nós precisamos, além disto, levar em conta as deliberações tomadas pela Conferencia Nacional de Segurança Publica. Temos algumas tarefas bastante imediatas, que é tomarem em conta as deliberações estabelecidas pela Conseg. E muito particularmente gostaria de que nós estivéssemos alertas para duas tarefas bastante fortes deste Conselho. Uma delas no primeiro momento é o estabelecimento de um regimento para o funcionamento, eu diria desta fase transitória, mas também do estabelecimento de um regimento para o funcionamento do conselho definitivo que deve se eleger então a partir do ano que vem. E uma outra atenção forte que nós devemos ter que*



*se refere exatamente à coordenação do processo democrático de escolha do Conasp definitivo, aquele que nos sucederá.*

*Nós temos entre outras tarefas levar em conta as deliberações da Conseg, estabelecer o regimento para o nosso funcionamento e encaminhar o Conasp definitivo que nos sucederá.*

*Eu quero, portanto, com tudo isto colocar à disposição das senhoras e dos senhores Conselheiros o Ministério da Justiça, particularmente quero colocar a disposição das senhoras e senhores a Secretaria Nacional de Segurança Pública que é o gradiente articulador das políticas nacionais de segurança pública e é onde estará alocada a nossa Secretaria Executiva que tem um papel fundamental em todo engendramento do processo do Conselho Nacional de Segurança Pública. Quero, portanto, colocar o Ministério da Justiça e o seu órgão máximo de articulação de segurança pública que é a SENASP à disposição das senhoras e dos senhores, para que fraternalmente construamos esta nova etapa da segurança pública brasileira, e formalmente saudá-las e saudá-los a todos neste momento inicial desta grande trajetória.*

*Eu sempre uso a metáfora dos portais do tempo que se abrem. Nós temos aí diante de nós um portal do tempo que se abriu para que a gente contribua decisivamente com um novo tipo de segurança pública para o Brasil, em que pese todo o heroísmo dos trabalhadores da segurança pública, dos policiais civis e militares, dos guardas municipais, dos bombeiros, dos agentes penitenciários, de todos aqueles que são operadores diretos de segurança pública.*

*Porque operadores de segurança pública são todos cidadãos brasileiros, mas operadores diretos, são os trabalhadores e em que pese o heroísmo de todos os trabalhadores de segurança pública, o sistema de segurança pública brasileiro é muito ruim. E ele é muito ruim facilmente visualizável pelos seus resultados. Os resultados da segurança pública brasileira são absolutamente trágicos e não é possível que a gente desconheça esta situação que é do interesse de todos nós, é o interesse de bem servir à população brasileira.*

*Nós temos um grande esforço governamental para a superação destas mazelas histórias, trágicas na área de segurança, e temos aqui neste Conselho Nacional, novo, de Segurança Pública um grande reforço, para que nós juntos, de forma solidária com os mais diversos segmentos representativos dos trabalhadores, da sociedade civil, do governo, para que nós possamos dar as mãos, juntarmos também as nossas mentes, os nossos corações e construirmos um novo tipo de segurança para este país porque obviamente sem segurança pública não haverá desenvolvimento nacional possível.*

*Isto é uma das coisas que nem todas as áreas do governo federal entendem plenamente neste momento.*

*Nós estamos aí diante de um drama. O drama anual que nós vivemos dos contingenciamentos dos orçamentos para segurança pública. E por trás dos contingenciamentos se encontra sempre uma incompreensão política do valor da segurança pública para o processo de desenvolvimento nacional.*

*Nem todos os gestores públicos de todas as áreas, particularmente os tecnocratas, os tecnocratas governamentais não percebem a fundamentalidade da segurança pública para os processos de desenvolvimento nacional.*

*E por isto não há a devida vontade política. Neste Ministério, sim, há uma profunda vontade política de priorizar a segurança pública. Mas esta vontade política não é uma vontade política do conjunto*



*da gestão pública brasileira. Nem federal, nem estadual, e nem municipal ainda na maioria dos casos.*

*Então é preciso que nós unamos os nossos esforços neste novo Conselho Nacional de Segurança Pública para que em primeiríssimo lugar fique claro que sem segurança pública não haverá um Brasil desenvolvido e com bem estar para a população.*

*A nossa tarefa é muito mais do que meramente articular e ajudar a ordenar o sistema da segurança pública nacional. A nossa tarefa é uma tarefa de fazer com que a segurança pública cresça na avaliação do próprio governo federal. Então este conselho com a autonomia que terá para a tomada das suas decisões ele tem um papel importantíssimo também de pressão democrática para que a segurança pública seja devidamente reconhecida no patamar de importância que ela sempre deveria ter tido.*

*Então tem grandes discussões de fundo que nós levantamos na Conferência e que nós continuamos levantando aqui e uma delas é exatamente esta, que nos deixa premidos, por exemplo, no dia de hoje, que é a discussão sobre a falta de investimentos na segurança pública. Não haverá uma segurança pública de qualidade neste país, sem investimento na segurança pública.*

*E este Ministério na sua presente gestão deu um grande saldo de qualidade, quintuplicando os recursos para a segurança pública. Mas nós não vamos ser medíocres, não vamos nos contentar com esta quintuplicação, porque efetivamente o que nós ainda investimos em segurança pública do ponto de vista federal no Brasil é muito pouco. É muito pouco.*

*Nós precisaríamos hoje sem dúvida de recursos da ordem de 7 a 8 bilhões de reais, pelos meus cálculos, e tenho aqui uns bons anos de trajetória para calcular o que precisaria minimamente hoje de aporte do governo federal em ajuda aos estados e municípios. Seria em torno de 7 a 8 bilhões por ano. O que é pouquíssimo recurso para o governo federal.*

*Se houver o entendimento pleno da importância da segurança pública, e estamos investindo por esta interseção muito bem sucedida do ministro Tarso Genro, estamos investindo menos de 2 bilhões por ano, se nós contarmos com o somatório do Pronasci, do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Funpen. Portanto, estamos ainda muito aquém de uma realidade mínima de investimentos na área da segurança pública. E sem investimentos na área de segurança pública não há programas de segurança pública com a devida amplitude. Eles podem ter até qualidade, mas eles não têm a extensão que deveriam ter.*

*Portanto, pesa, entre outras coisas, pesa para este novo Conselho Nacional de Segurança Pública uma tarefa de cobrar, sim, de cobrar em nome da sociedade civil, cobrar em nome dos trabalhadores da segurança pública, cobrar – por que não? – em nome do próprio governo federal um consensual governo em torno da fundamentabilidade, como eu disse, em torno da imprescindibilidade, da alta prioridade, da altíssima prioridade junto à saúde e educação, da altíssima prioridade da segurança pública para o processo de desenvolvimento nacional.*

*Eu digo portanto, antes de encerrar, que não se trata, meus amigos e minhas amigas, companheiros queridos, de longas jornadas estamos juntos, não se trata apenas de ordenar melhor a sociedade brasileira através de segurança pública. Se trata de permitir um processo de desenvolvimento da sociedade brasileira através de uma ambiência de segurança que não existe hoje, a bem da verdade não existe hoje na sociedade brasileira, apesar de todos os esforços, como eu disse, dos trabalhadores diretos da segurança pública.*



*Portanto, temos ai diante de nós um grande desafio. Eu diria que este portal do tempo que precisa ser superado é realmente o ingresso do Brasil no panteão das nações civilizadas que investem e que ordenam de maneira moderna a sua segurança pública, e esta tarefa é uma tarefa grandiosa que nós temos pela frente.*

*Portanto, eu quero em nome de todos nós dar as boas vindas a todas e todos vocês e agradecer muitíssimo, pois sabemos que todos têm uma agenda muito carregada e sabemos que se vocês estão aqui assim como nós é por um ideário de bem servir o nosso país, e de bem servi-lo através deste campo tão importante, eu reforço mais uma vez como eu havia dito, tão importante quanto a saúde e tão importante quanto a educação, mas tão maltratado na história contemporânea deste país, como é o campo da segurança pública.*

*Com isto eu acho que apenas rapidamente dar aos senhores uma idéia do fio lógico da condução desta reunião de hoje, antes de passar a palavra a Regina.*

*Nós estamos aqui na fase, portanto, da abertura dos trabalhos. E agora retomando ainda os trabalhos do dia, nós temos ainda na seqüência uma apresentação da secretaria executiva do conselho a cargo da Mari e da Lu, que apresentam o PPT. Tenho horror a estas siglas. PPT é o que exatamente? É um power point também. Eu achei que era algum programa governamental.*

*O alinhamento de expectativas, papel do Conasp e papel dos conselheiros com a nossa Regina. Leitura do artigo 11 do decreto na fala sobre a transição entre a CON e Conasp transitório e Conasp definitivo que é uma das particularidades também aqui da minha fala.*

*Como terceiro ponto a construção coletiva de um acordo de convivência do Conasp também sob a coordenação da Regina. Quarto ponto, resolução 1, data da eleição do Conasp definitivo e data da entrega do edital. O Daniel conduzirá este momento. Ponto número 5, a resolução numero 2, regras de funcionamento, o Daniel conduzirá também, e à tarde após o almoço, 14 horas portanto, nós teremos uma fala inicial sobre os possíveis grupos de trabalho para o Conasp transitório. Eles foram mapeados previamente 4 grupos de trabalho que vão ser colocados aqui sob a avaliação das senhoras e dos senhores. Um grupo de trabalho inclusive sobre articulação institucional. Um de acompanhamento dos resultados, que vai ser a proposta feita à primeira Conseg. Um GT para o processo de escola e um GT de reestruturação e regulamentação.*

*Então, nós teremos ainda na seqüência do dia antes da finalização apresentação da proposta inicial dos grupos de trabalho para os membros pensarem a respeito, a construção coletiva do cronograma com reuniões de trabalho e consultas públicas. Apresentação e aprovação da estrutura do regimento interno. Informe da nova logística, como é que as coisas funcionam. Há uma diferença entre a logística da CON e a logística que nós teremos neste Conselho. O Conselho é muito autônomo, muito mais autônomo também em termos de logística de funcionamento do que a CON, responsabilidades muito mais particularizadas e menos centralizadas na SENASP.*

*Portanto, aqui na quinta, aprovação do texto da subcomissão da CON para redação do texto sobre a primeira Conseg.*

*Os pontos da pauta da próxima reunião, grupos de trabalho do Conasp transitório, regimento interno, regras para consultas públicas. E o fechamento da data para a próxima reunião.*

*Visualizar os encaminhamentos da reunião ao final. Obviamente isto tudo vai ser colocado à avaliação das senhoras e dos senhores. E temos ainda o Renato, pediu inicialmente, e depois a Regina vai alocar isto no tempo, um tempo em função de conclusões da reunião de ontem.*





*Portanto eu passo agora a palavra à Regina Miki para que ela distribua as tarefas concretas.*

A **Secretária Executiva** cumprimentou os presentes, agradeceu ao Presidente e mencionou que era um prazer ter o Secretário Nacional de Segurança Pública presidindo a reunião. Comentou que o Conselheiro Renato Lima propusera a leitura da carta que eles haviam elaborado. Questionou se a apresentação deveria ser feita nesse momento ou deveriam prosseguir com a pauta. Mencionou que havia um problema de horário e concluiu que seria melhor apresentar a carta logo após o almoço. Afirmou que iriam prosseguir que poderia ser distribuída uma cópia da carta para todos os membros. Indagou se poderia ser esse encaminhamento e pediu a Mariana e Luciene que conduzissem a apresentação da Secretaria Executiva.

**Mariana Carvalho, Secretária Executiva Adjunta do CONASP**, tomou assento à mesa e fez uso da palavra cumprimentando os presentes.

Pontuou que a tarefa seria fazer uma apresentação do processo de estruturação da Secretaria Executiva, de como o grupo mapeou e desenvolveu o trabalho de outras secretarias para então chegar ao desenho exposto. Ponderou que era um desenho ainda preliminar. Comentou que este Conasp tinha uma característica muito sui generis, porque tem pautas que são para estruturação do conselho definitivo e pautas que são próprias.

Explicou que a estruturação aconteceu em dois momentos. O primeiro momento foi o do diagnóstico, ou seja, a dedicação a mapear o funcionamento dos conselhos nacionais em funcionamento e como este funcionamento tem acontecido. Houve consultas a documentos, regimentos, portarias disponíveis. Como nem sempre estas informações estavam publicizadas de maneira disponível para todos nós, além da consulta houve também visitas técnicas a secretarias executivas destes conselhos nacionais, para mapear estruturas, formas de funcionamento, fluxos de trabalho, porque era interessante o mapeamento do funcionamento e, portanto, da estrutura, mas também um mapeamento político, para que fosse possível aprender com os erros e com os acertos dos demais conselhos nacionais em funcionamento na Esplanada.

Descreveu o segundo momento, que foi de estruturação e regulamentação, que era o momento em que se encontravam. Primeiro, foram construídas as atribuições da Secretaria Executiva, à luz do levantamento das demandas de trabalho e dos perfis necessários a dar conta destas demandas. Além disto, foram identificadas as prioridades deste Conasp de caráter transitório e as suas frentes de trabalho para este ano, ou seja, até o processo de escolha que acontecerá no próximo ano. Com isto foi elaborado um organograma preliminar, a ser mostrado, a partir de todas estas informações. Foram elaboradas a portaria e as resoluções relacionadas às atribuições da Secretaria Executiva. Comentou que o organograma seria bastante conciso com relação às atribuições e obviamente não esgotaria o trabalho da Secretaria, uma vez definidas pelo colegiado algumas outras demandas que não foram previstas, assim como pelo Presidente do Conselho e pelo seu Vice-Presidente.

Enumerou que, segundo a portaria do Ministério da Justiça que foi publicado em 9 de outubro de 2009 as atribuições da Secretaria Executiva do Conselho seriam:

- I - promover a gestão administrativa e técnico operacional das atividades do Conasp e dos seus grupos temáticos e comissões, definidas no colegiado as suas regras de funcionamento;
- II - secretariar e convocar as reuniões do Conasp, lembrando que a convocação é feita pelo próprio Conasp;
- III - sistematizar e fornecer ao Conasp as informações necessárias às suas deliberações;
- IV - publicar, divulgar e garantir a transparência dos atos do Conasp;



V - organizar os processos e documentos do Conasp, ou seja, fazer a memória das suas reuniões e ter isto sistematizado e publicizado;

VI - subsidiar o Conasp no controle da execução da política nacional de segurança pública, lembrando que a Secretaria Executiva é um órgão vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Pública, então o seu funcionamento ocorreria obviamente em conjunto com os executores da política que estão sediados na SENASP;

VII - articular e solicitar a colaboração de órgãos internos e externos ao Ministério da Justiça;

VIII - executar as competências que lhe sejam atribuídas pelo regimento interno do Conasp, documento a ser elaborado em conjunto com o colegiado.

Indicou as linhas de trabalhos prioritárias, pensadas para o próximo ano, obviamente colocadas para a discussão de todos:

I - em primeiro lugar, apoio na preparação do processo de escolha dos conselheiros em 2010;

II - Em segundo, apoio na estruturação e regulamentação do Conasp, ou seja, elaboração do seu regimento interno, nas resoluções, no regulamento, entre outros documentos necessários;

III - Em terceiro lugar, apoio nos resultados da primeira Conseg, com uma gerência vinculada à Secretaria Executiva, com responsabilidade de fazer esse acompanhamento dos resultados da Conferência;

IV - E o apoio nas atividades de articulação institucional e social do Conasp, pois já era uma demanda do próprio Ministério da Justiça, através da sua Diretoria de Prevenção, o contato e o diálogo com os conselhos estaduais e os conselhos municipais e comunitários de segurança pública.

**Luciane Patrício, Assessora da Secretaria Executiva do CONASP**, exibiu a estrutura do Conselho dentro do Ministério da Justiça, para que fosse percebido que ele está sediado, no momento, junto com os demais Conselhos da casa e da Comissão de Anistia. O Conasp estaria vinculado ao Ministro da Justiça e a Secretaria Executiva do Conasp estaria vinculada à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Em seguida, explicou as assessorias que foram pensadas e o trabalho dedicado a cada uma delas. Logo abaixo da Secretaria Executiva, atividade desempenhada pela Dra. Regina Miki, estaria a Dra. Mariana Carvalho, Secretária Adjunta do Conselho, e a Gerência de Acompanhamento dos Resultados da Conseg logo ao lado, cuja responsabilidade seria da Dra. Fernanda dos Anjos. Logo abaixo foi construído um conjunto de assessorias a partir das demandas imaginadas para o Conasp já definitivo.

Destacou que a estrutura de trabalho se diferenciava em relação à estrutura que já havia sido construída para a Conseg. Não havia um número de pessoas na equipe tão grande como havia na Conferência, por razões óbvias e pela própria natureza do trabalho. Também não era intenção reproduzir uma estrutura na Secretaria Executiva do Conasp que fosse paralela à SENASP ou ao próprio Ministério da Justiça. Iriam, sobretudo, aproveitar as áreas que já existiam dentro do Ministério para desenvolver o trabalho do Conselho também.

Mostrou que a assessoria de comunicação vai ficar a cargo da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça. Não contariam com uma assessoria específica para comunicação, mas com atividades específicas de comunicação do Conasp, feitas em diálogo com o Ministério da Justiça, inclusive para que o próprio Conselho ganhasse capilaridade internamente.

Apresentou uma Assessoria de Gestão da Informação e de Documentação, com responsabilidade de dar continuidade à estratégia de informação e de comunicação, num trabalho em diálogo com a assessoria de comunicação para o público externo. Tanto o portal quanto a elaboração de determinados informes e documentos para o público externo seriam atribuição dessa assessoria, sob a responsabilidade de Sady Sidney e Cíntia Luz.



Além disto, apresentou a Assessoria de Legislação e Normas, cuja responsabilidade seria de Daniel Avelino e Guilherme Leonardi. Teria como atribuição elaborar as minutas das resoluções, fazer o diálogo com a Secretaria de Assuntos Legislativos. Seria de responsabilidade dessa assessoria o recebimento das demandas externas por informações, recebimento de denúncias e uma série de outras demandas espontâneas que iriam acontecer.

Apresentou também a Assessoria de Sistematização e Registro. Ela mudaria em relação à estrutura que havia para a conferência, em cujas reuniões era a equipe da metodologia que tinha responsabilidade de fazer o registro da reunião, a memória da reunião, compartilhar entre os participantes e em seguida tornar isto público, como instrumento de trabalho. No caso do Conselho, todas as reuniões seriam gravadas e degravadas e as atas seriam elaboradas e validadas pelo Conselho. Seria um documento importante do Conselho, que exigiria um trabalho especial para esta atividade. A Assessoria de Sistematização e Registro também ficaria responsável pela elaboração dos relatórios de atividades do Conselho, sejam eles relatórios semestrais ou anuais, instrumentos que registram os trabalhos dos Conselhos e das suas comissões e grupos de trabalho que forem definidos como trabalhos descentralizados do Conselho. Essa assessoria seria de responsabilidade do Mateus Utzig.

Apresentou em seguida a Assessoria de Pesquisa, Articulação e Participação Social, cuja responsabilidade seria elaborar pesquisa e estudos relacionados às pautas do Conasp, fazer a interlocução com a SENASP e com as outras áreas do Ministério da Justiça que já desenvolvem pesquisa, sejam elas qualitativas ou quantitativas, mapear estudos correlatos de outras instituições que estejam sendo desenvolvidos, estabelecer os vínculos com as universidades e institutos de pesquisa, produzir publicações e gerar os subsídios para que também os Conselheiros possam discutir de maneira mais qualificada assuntos do interesse do Conselho. Além disso, seria também responsabilidade dessa assessoria a articulação com os conselhos, sejam eles comunitários, municipais ou estaduais de segurança pública, e no futuro quiçá contribuir para a elaboração de uma política nacional de funcionamento de conselhos de segurança pública, que seria uma demanda que havia aparecido muito fortemente nos resultados da Conferência. A Assessoria ficaria a cargo dela mesma, Luciene Patrício.

Apresentou também a Assessoria de Logística, de responsabilidade de Verônica Lins, responsável por providenciar toda a logística necessária para a elaboração das reuniões, não só reuniões ordinárias do conselho, mas também dos grupos de trabalho que eventualmente aconteçam, distribuição dos materiais e outras demandas relacionadas a logística.

Apresentou, finalmente, a Assessoria de Metodologia e Diálogo, de responsabilidade da Renata Florentino, cuja principal atividade seria construir a metodologia, em conjunto com o Conselho, do processo de escolha dos próximos Conselheiros, assim como a metodologia das consultas públicas. Também o acúmulo da metodologia, não só da Conferência, mas do tipo de trabalho que se pretende fazer a partir do colegiado, também ficaria a cargo dessa Assessoria.

Concluiu mostrando que a Secretaria Executiva também conta com um conjunto de pessoas que dão apoio administrativo e com isto foi pensado o organograma preliminar da estrutura da Secretaria Executiva do Conselho.

O **Vice-Presidente do CONASP** reforçou como é evidente o quanto está sendo apostado no Conselho Nacional de Segurança, porque mesmo que o Ministério conte com um corpo funcional muito enxuto, está sendo despendida uma energia grande e um corpo de capital humano grande para dar suporte às atividades do Conselho.

A **Secretária Executiva Adjunta** apresentou a equipe e salientou que esse foi um exercício inicial, que contaria com momentos de testagem e captação, para verificar se as assessorias são adequadas, e



também porque sabiam que ainda estavam num momento de conformação da equipe. Como muita gente está saindo, não ficariam com todas as pessoas e algumas assessorias teriam que ser aglutinadas ou ficarem duas assessorias sob a responsabilidade de uma pessoa.

Apresentou o pessoal do apoio técnico e administrativo: Leidiane e Sheila, secretárias, que não estavam no momento; Maria do Socorro; Ana Carla; Solange; Fernando; Marcelo; Leonardo; e Alex, estagiário. Chamou, também, Sady e a Cíntia, responsáveis pelos fluxos de documentos, alimentação de informações e outros documentos; Daniel e Guilherme, responsáveis pela legislação e normas; Luciane, responsável pela pesquisa, articulação e participação social; Verônica, responsável pela logística; Mateus, responsável pela sistematização e registro; Renata, responsável pela metodologia e diálogo; e Fernanda dos Anjos, com a Gerência de Acompanhamento dos Resultados da Conferência. Por fim, apresentou-se como Secretária Executiva Adjunta e apontou Regina como Secretária Executiva.

**A Secretária Executiva Regina Miki** assumiu a palavra e anunciou a necessidade e pactuar alguns acordos de convivência. O Conselheiro Marcos Antônio pediu a palavra e solicitou a cópia da pauta. A Secretária Executiva informou que a cópia da pauta foi recebida no dia anterior, na pasta dos Conselheiros. O Conselheiro pediu o documento completo de que a Presidência dispunha. A Secretária Executiva explicou que aquele era o fio lógico interno da reunião e providenciou sua distribuição aos Conselheiros. O Conselheiro manifestou sua insistência em ter cuidado com questões de formalização e afirmou que o cuidado com a forma determina a saúde de um conselho. A Secretária Executiva respondeu que era de interesse de todos que esse formalismo fosse observado.

Em seguida, a Secretária Executiva passou a pactuar alguns acordos de convivência. Considerou que todos ali representavam entidades, corporações, estavam acostumados a trabalhar no ambiente de equipe e sabiam que o respeito, a busca e a opção pelos consensos em plenário eram sempre importantes. Os dissensos seriam debatidos, teriam que ser aprofundados, e para isto até foram propostos alguns grupos de trabalho. Os dissensos seriam aprofundados, mas buscar os consensos seria muito importante. Seria importante disposição sempre para o diálogo, escuta ativa, respeito pelas falas, não ter o julgamento prévio das idéias. O espaço político ali era importante e deveria ser compartilhado.

Acrescentou que algumas regras iriam para além disto. Cada reunião era um dispêndio de dinheiro público. As reuniões do Conselho Nacional não eram eventos. Ele tem uma periodicidade, uma continuidade. Estava sendo preparada uma sala para as reuniões do pleno.

Lembrou que todos estavam ali com uma responsabilidade enorme e pediu aos Conselheiros que nas reuniões não tivessem outra agenda em Brasília além da reunião. Reforçou que precisavam ter a presença física dos Conselheiros, o que seria de suma importância, porque teriam que prestar contas. A prestação de contas partiria de um relatório de trabalho e de uma lista de presença assinada, regra básica que deveria ser observar. A presença física para a votação e para os debates era muito importante.

Por fim, indagou se algum Conselheiro teria mais alguma proposta de uma regra de convivência, um pacto que deveriam ter ali. Pediu sugestões.

Foi sugerido que, quando o consenso não fosse possível, deveria ser respeitado o critério histórico da democracia, que era o critério da maioria, para que o Conselho não ficasse em uma “camisa de força” e que entendesse realmente que há uma opção pelo consenso, como utopia a ser construída, mas que não era uma obrigatoriedade pelo consenso.

Foi questionado se as regras de convivência estariam contidas no regimento interno futuro do Conselho. A Secretária Executiva respondeu que seriam uma condição ética de qualquer trabalho e não precisavam estar escritas, seriam um pacto muito além do que está escrito.



O **Presidente** considerou bem vindas as proposições dos Conselheiros e concordou que deveria haver um compromisso de haver uma pauta a ser colocada. Em seguida, considerou a pauta recebida no dia anterior e o documento de fio lógico e questionou se estava aprovada a pauta.

A **Secretária Executiva Adjunta** pediu a palavra. Lembrou que foi circulado o Comunicado nº 1 do Conasp, com as minutas das duas resoluções, exatamente para fazer uma referencia aos termos de funcionamento do espaço, como repetido na leitura feita pelo Presidente do fio lógico. Pediu tranqüilidade para todos, porque era a primeira reunião do conselho e não havia nada ainda que determinasse as regras de funcionamento, que seriam naquele dia pactuadas coletivamente. Reforçou que nas resoluções havia essas informações: como vai ser a construção de pauta, como vai ser a construção da aprovação e de todo o funcionamento desta plenária e de todos os grupos de trabalho e comissões. Por fim, afirmou que deveriam aprender juntos o funcionamento.

O **Presidente** concordou com as colocações e perguntou se havia algum reparo à pauta proposta para o dia, ou se os Conselheiros aprovavam.

Foi sugerida a inversão de pauta, de tal forma que a primeira atividade do conselho fosse a discussão de suas regras de funcionamento. O Presidente considerou uma proposta amistosa e a submeteu aos Conselheiros a proposta de inversão da ordem da pauta e como ninguém se manifestou em contrario ficou aprovada a proposta.

A Secretária Executiva lembrou que o documento estava na pasta e passou a palavra a Daniel Avelino para conduzir o momento.

**Daniel Avelino, assessor da Secretaria Executiva do CONASP**, cumprimentou os presentes e ressaltou que a Secretaria Executiva apresentava aos Conselheiros, por meio das duas minutas de resoluções, duas idéias iniciais que foram consideradas prioritárias e que haveria condições de serem decididas na primeira reunião. Uma delas tratava das regras de funcionamento do Conasp transitório. Não era um regimento interno, porque elas eram bastante simplificadas, mas seriam essas regras de funcionamento que permitiriam que os trabalhos fossem orientados para discutir o regimento interno do Conasp definitivo. Durante o ano de transitoriedade haveria tempo e bastante material, idéias, informações para construir, aí sim, o regimento do Conasp a partir de 2010. O que foi tomado como base para elaborar a proposta: o marco legal existente, o Decreto 6950, as portarias de secretaria executiva e também de designação dos conselhos; o funcionamento da Comissão Organizadora Nacional, o termo de referencia da CON, e os acordos que foram firmados no decorrer dos trabalhos; pesquisa no funcionamento de outros conselhos.

Questionou se haveria a leitura da resolução inteira ou por partes.

Foi proposto que houvesse a leitura integral do documento, com indicação de destaques.

O **Assessor Daniel Avelino** fez a leitura do texto da minuta de Resolução nº 2 e os Conselheiros interessados indicaram os pontos em que havia destaques. Em seguida questionou se havia algum pedido de informação ou explicação geral sobre a resolução e passou à discussão das propostas.

1) Retirar o termo “transitório” após a sigla CONASP, para configurar a atual composição com mandato excepcional de um ano:

Proposta 01 (P1) – manter termo, conforme minuta apresentada pela Secretaria Executiva: defendida pelas **Conselheiras Raquel Willadino (F4)** e **Cynthia da Luz (MNDH)**. Argumentaram que manutenção do termo é importante para o cumprimento do acordo político firmado durante a Etapa



Nacional da 1ª CONSEG, tendo em vista que as entidades que compunham a CON passaram a integrar o CONASP.

Proposta 02 (P2) - suprimir todas as ocorrências do termo: defendida pelos **Conselheiros Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP), **Jânio Bosco Gandra** (COBRAPOL), **Luiz Alberto Barbosa** (CONIC), **Luiz Gonzaga** (ANASPRA), **Wilmar Costa Braga** (CNCPC) e **Everardo Aguiar** (REDE DESARMA BRASIL). Argumentaram que são transitórias as atribuições dos atuais conselheiros, mas não o Conselho; o Decreto que instituiu o CONASP não usa o termo transitório, logo uma resolução, a ser publicada por Portaria Ministerial, não poderia inovar no nome do órgão; e o acordo expresso na Carta da CON é apenas político, sem necessidade de constar em documento normativo.

Proposta 03 (P3) – suprimir termo enquanto qualificativo do CONASP, com inserção da expressão “composição transitória” defendida pelo **Conselheiro Renato Lima** (FBSP).

Votação (nominal): (P1) 01 voto; (P2) 15 votos e (P3) 13 votos.

Decisão: proposta 02.

À tarde, por requerimento do **Conselheiro Sebastião dos Santos** (VIVA RIO), a proposta 03 foi aprovada por consenso.

2) Transformar Resolução em regimento interno do CONASP em sua composição transitória ou permanecer como regras de funcionamento:

Proposta 01 (P1) - manter indicação que resolução estabelece regras de funcionamento do CONASP: defendida pelo **Conselheiro Abelardo Bridi** (FENEME). Argumentou que a formulação do regimento interno do CONASP é justamente a atribuição do mandato dos atuais conselheiros. Assim, as regras que viabilizariam os trabalhos para a formulação do regimento não poderiam ser elas próprias o regimento. O **Conselheiro Sebastião dos Santos** (VIVA RIO) sugeriu que resolução fosse publicada como conjunto de regras de funcionamento do CONASP.

Proposta 02 (P2) - transformar resolução em regimento interno: defendida pelo **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP). Argumentou que conteúdo da resolução é de regimento interno; de qualquer forma, poderia ser alterado por futuros conselheiros.

Votação (nominal para entidades que compartilham vaga e por contraste para as demais): (P1) 18 votos (15 por contraste e 03 de vagas compartilhadas), (P2) 07 votos (04 por contraste e 03 de vagas compartilhadas) e 02 votos de abstenção.

Decisão: proposta 01.

Durante a presente deliberação e antes da votação, foi deliberado que via de regra as votações ocorreriam por contraste, sendo nominal apenas para entidades que compartilhassem vagas, como exposto a seguir.

3) Deliberação sobre regras de votação

Debate se votações devem ser via de regra, já que votação pode ser nominal sempre que um conselheiro requerer, nominais ou por contraste. Questão problematizada pelo fato de haver vagas compartilhadas por mais de uma entidade.

Proposta 01 (P1): nominal.

Proposta 02 (P2): por contraste, utilizando votação nominal apenas para entidades com vagas compartilhadas.

Votação (nominal): (P1) nenhum voto e (P2) 30 votos.

Decisão: proposta 02.

O **Vice Presidente** colocou em discussão se a reunião deveria ser interrompida, para retorno às 14 horas. Por maioria, o Conselho decidiu interromper a deliberação e retomar à tarde.

**15 de outubro – TARDE**

**CONTINUAÇÃO DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONASP (15/10)**



## Período da tarde

O **Vice Presidente** e a **Secretária Executiva** receberam e fizeram a acolhida dos Conselheiros para os trabalhos no turno vespertino.

O **Conselheiro Renato Lima** (FBSP) fez a leitura do texto elaborado pela CON para inserção no Relatório Final da 1ª CONSEG. A **Conselheira Cynthia da Luz** (MNDH) pediu a inserção dos compromissos assumidos na Carta da CON (apresentada na Etapa Nacional) no texto. A **Secretária Executiva Adjunta Mariana Carvalho** informou que a Carta da CON já consta no Relatório Final em sua íntegra como anexo. A plenária aprovou o texto lido pelo Conselheiro Renato Lima (FBSP).

Foi continuada a deliberação sobre a Resolução 2, referentes às regras de funcionamento do CONASP. O **Conselheiro Sebastião dos Santos** (VIVA RIO) perguntou se o Ministério da Justiça custearia passagem aérea para suplente fora do exercício da titularidade. A **Secretária Executiva Adjunta** respondeu que não.

4) Inclusão de parágrafo 3º no art. 2, para permitir que suplente assumira titularidade automaticamente, na ausência do titular. Houve proposta de redação (do **Conselheiro Fernando de Azevedo**, da FENAPRF): *§ 3º Em caso de ausência ou impedimento, inclusive temporários, do Conselheiro Titular, o seu suplente assume automaticamente, com todas as prerrogativas, a titularidade.*

Aprovada por consenso.

5) Direito de voz para suplente fora do exercício da titularidade:

Defendida pelos **Conselheiros Luiz Alberto Barbosa** (CONIC) e **Raquel Willadino** (F4).

O **Vice Presidente Ricardo Balestreri** e outros conselheiros se opuseram à proposta, pois permitiria que membros do CONASP com mais recursos pudessem trazer seus suplentes para aumentar sua influência, já que todos teriam direito de voz.

Não foi aprovada, por consenso.

6) Questionamento da coordenação das reuniões caber à Secretaria Executiva, na ausência do Presidente e do Vice-presidente (art. 3º, § 1º):

O **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP) argumentou que coordenação da mesa também tem caráter político, de modo que questiona possibilidade de a Secretaria Executiva assumi-la, já que não tem assento no Conselho. Como solução, sugeriu que se criasse uma vaga adicional de conselheiro para a Secretária Executiva, a exemplo do que ocorre em outros conselhos, como o CONAMA e o CNS.

O **Conselheiro Sebastião dos Santos** (VIVA RIO) sugeriu que na ausência do Presidente e do Vice, a coordenação da mesa seria definida pelo plenário.

A **Conselheira Cynthia da Luz** (MNDH) sugeriu que deveria se priorizar a deliberação de questões de caráter mais prático, deixando as mais complexas, como essa, para a deliberação futura de um regimento interno definitivo.

Sugestão da Conselheira **Cynthia da Luz** (MNDH) foi aceita consensualmente pela plenária, assim como a do **Conselheiro Sebastião dos Santos** (VIVA RIO) também. Questão levantada pelo **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP) será definida quando regimento interno for debatido.

7) Questionamento do secretariado das reuniões caber à Secretaria Executiva (art. 3º, § 3º):

O **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP) argumentou que secretariado das reuniões, de forma autônoma e ausente o Presidente da Sessão, também tem atribuições políticas, de modo que questiona possibilidade de a Secretaria Executiva assumi-la, isoladamente, já que não tem assento no Conselho.



A **Secretária Executiva Adjunta Mariana Carvalho** explicou que proposta da minuta resultou do estudo de outros conselhos e sugeriu que para a elaboração do regimento interno fossem aprofundados os debates acerca da questão.

O **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP) abriu mão de seu destaque, em razão da informação de que o Vice-Presidente do Conasp assumirá a Presidência da planária..

8) Prazos para envio de contribuições para pauta da reunião (art. 4º, § 1º):

Questionou-se o prazo de 15 dias antes da reunião para conselheiros enviarem suas contribuições à pauta. Ante o argumento de que a Secretaria Executiva necessita de tempo para poder assimilar as contribuições e construir a proposta de pauta, houve consenso na manutenção do prazo, com o adendo de que questões urgentes poderiam ser enviadas após o mesmo, de acordo com proposta da **Conselheira Simone de Jesus** (FENAPPI).

9) Método decisório do CONASP (art. 5º):

O **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP) sugeriu que o texto indicasse que o Conselho decidiria por votação, por maioria simples, caso não houvesse consenso.

Proposta aprovada por consenso.

10) Manifestações em reuniões (art. 6º):

O **Conselheiro Sebastião dos Santos** (VIVA RIO) sugeriu a retirada dos dois parágrafos do artigo, pois seriam redundantes. O **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP) defendeu a manutenção apenas do parágrafo segundo, com ajustes de redação decorrentes da retirada do parágrafo 1º. Aprovou-se por consenso a retirada do parágrafo 1º.

A **Secretária Executiva Adjunta Mariana Carvalho** sugeriu a inserção do parágrafo 7º, do art. 7º, conforme minuta original, no art. 6º, com a subtração dos termos “individual” (referido ao pedido de vista) e “já iniciada” (a votação). Aprovou-se a proposta por consenso.

11) Quorum mínimo para deliberações (art. 6º):

O **Vice Presidente Ricardo Balestreri** sugeriu a supressão do termo “iniciar” (referido à deliberação). Aprovada por consenso.

12) Vagas compartilhadas (art. 7º, § 4º):

O **Conselheiro Jânio Bosco Gandra** (COBRAPOL) defendeu o fim do compartilhamento de vaga entre entidades, para que cada uma tivesse a sua própria vaga (proposta 02 – P2).

Os **Conselheiros João José Sana** (FNP), **Sebastião dos Santos** (VIVA RIO), **Manoel Messias** (SG-PR), **Abelardo Bridi** (FENEME) e **Simone de Jesus** (FENAPPI) defenderam a manutenção da regra em vigor (proposta 01 – P1).

O **Conselheiro Sá Ribas** (AMEBRASIL) sugeriu alternativa de não exigir consenso entre entidades que compartilham vagas para validar o voto. Valeria o critério de maioria simples dentre os votos das entidades em questão. A sugestão não foi acatada para votação.

Votação: (P1) 28 votos. (P2) 02 votos (03 abstenções).

Decisão: proposta 01.

13) Publicidade dos atos do CONASP (art. 8º):

O **Conselheiro Wilmar Costa Braga** (CONCPC) questionou a previsão de publicar no Diário Oficial da União (DOU) apenas as resoluções, com a exclusão dos demais atos do Conselho.

A **Secretária Executiva Regina Miki** e a **Secretária Executiva Mariana Carvalho** disseram que demais atos serão igualmente publicizados, mas não no DOU, pois seria inviável.

O **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP) informou que alguns atos podem ser publicados somente no portal ou em boletins de serviço.





14) Homologação ministerial (art. 8º):

O **Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes** (CNPCP) questionou se necessidade de homologação ministerial (§ 1º) das resoluções não contradiz caráter deliberativo do CONASP.

O **Conselheiro Wilmar Costa Braga** (CNCPC) questionou a homologação ministerial de um ato de órgão presidido pelo próprio ministro.

O **Vice Presidente Ricardo Balestreri** argumentou que as eleições gerais, que definem inclusive o chefe do Poder Executivo, teriam poder deliberativo maior, já que todos cidadãos brasileiros votariam. Em relação ao questionamento do **Conselheiro Wilmar Costa Braga** (CNCPC), sugeriu usar a expressão “homologação governamental”.

O **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP) contextualizou a homologação em outros conselhos nacionais, com indicação do caráter complexo de seus atos. Observou que muitas vezes o termo “deliberativo” é utilizado de forma imprecisa. Os conselhos deliberam e aprovam resoluções, as quais, em alguns casos previstos em lei, são vinculativas para o Poder Executivo. Outras vezes, isso não ocorre e a deliberação é submetida à homologação ministerial, como no caso do Conasp. A homologação não retira o caráter deliberativo, no sentido de aprovação das resoluções do Conselho. Quanto à sugestão de inserir a expressão “homologação governamental”, aduziu que a homologação ministerial é expressão do próprio decreto que instituiu o CONASP.

15) Recurso das decisões do CONASP (art. 9º):

Ante a objeção do **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP), de que não seria possível recurso de decisões do plenário, e o esclarecimento da **Secretária Executiva Adjunta Mariana Carvalho**, de que tais pedidos poderiam vir de fora do Conselho, o Vice Presidente Ricardo Balestreri sugeriu a substituição de “recurso” por “pedido de reconsideração”, o que foi aprovado por consenso.

Por sugestão de alguns conselheiros, houve a supressão da referência legal, aprovada por consenso.

O **Conselheiro Paulo Poloni** (FENAPEF) sugeriu inserir indicação expressa de uso do critério de maioria simples para a apreciação de pedido de reconsideração, aprovada por consenso.

O **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP) sugeriu não conferir expressamente efeito suspensivo ao pedido de reconsideração e exigir expressamente que pedido de reconsideração deveria ser fundamentado e por escrito, o que foi aprovado por consenso.

16) Art. 11, parágrafo 2º:

O **Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes** (CNPCP) sugeriu mudar ordem de “sorteio, consenso ou votação” para “consenso, votação ou sorteio”, o que foi aprovado por consenso.

Com essas modificações, o conteúdo da Resolução 02 foi integralmente aprovado.

A **Secretária Executiva Regina Miki** passou à discussão da Resolução 01 e leu a minuta.

O **Conselheiro Celito Cordioli** (ABC) sugeriu a inserção de considerando que referisse o compromisso consubstanciado na Carta Aberta da Comissão Organizadora Nacional, apresentada durante a Etapa Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

1) Segmentação:

O **Conselheiro Marcos Antônio da Silva Costa** (CNMP) questionou divisão de segmentos. Defendeu a inclusão de entidades do setor privado e das associações do sistema de justiça (MP e Judiciário).

O **Conselheiro Luiz Gonzaga Ribeiro** (ANASPR) acrescentou que atual definição do segmento dos trabalhadores é questionada nas corporações.

O **Conselheiro Marcilio Vieira** (ANADEP) ressaltou que os trabalhadores da área de segurança pública englobam os trabalhadores do sistema de justiça. Ressaltou ainda que, em eventual alteração da



divisão de segmentos, deverá haver modificação também quanto aos gestores, para inclusão do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), que participou da CON como convidado.

O **Conselheiro João José Barbosa Sana** (FNP) disse que sistema de justiça sempre foi contemplado, e sua inclusão expressa possibilitaria muitos questionamentos.

A **Secretária Executiva Regina Miki** defendeu a manutenção da atual segmentação e a não inclusão expressa do sistema de justiça, de modo a evitar que grupos não contemplados – que não é o caso das entidades do sistema de justiça – reivindicassem igual inclusão.

2) Convocação da eleição – instrumento e momento:

A **Conselheira Raquel Willadino** (F4) defendeu a convocação da eleição por edital, e não por resolução, conforme expresso na Carta Aberta da Comissão Organizadora Nacional.

O **Conselheiro Luiz Alberto Barbosa** (CONIC) também defendeu que o instrumento correto para convocação é o edital. Ademais, seria precipitado definir data da eleição na primeira reunião do Conselho.

O **Vice Presidente Ricardo Balestreri** argumentou que definição de data na resolução seria uma boa sinalização do acordo expresso na Carta Aberta.

A **Secretária Executiva Adjunta Mariana Carvalho** defendeu que é bom que a data seja indicada na resolução, mesmo porque todas as atividades do Conselho se pautarão na mesma. O edital, como já havia sido previsto no decreto, será lançado em seguida.

3) Redes:

O **Conselheiro Everardo Aguiar Lopes** (REDE DESARMA BRASIL) pediu a inclusão da expressão “redes”, ao lado da expressão “entidades”, em todos os dispositivos normativos pertinentes da resolução.

O Vice Presidente Ricardo Balestreri sugeriu redação para proposta do Everardo: “eleição dos representantes de entidades e redes que comporão o CONASP”, sem referência aos segmentos.

Votação: 22 votos favoráveis, nenhum contrário e duas abstenções.

Com essas modificações, o conteúdo da Resolução 01 foi integralmente aprovado.

Em seguida, a **Secretária Executiva** apresentou proposta de estrutura, com definição de capítulos e seções, do Regimento Interno do CONASP definitivo que foi aprovada somente para o início de estudos e pesquisas por parte da SE/CONASP.

Após debate e votação, a próxima reunião ordinária do CONASP foi definida para os dias 03 e 04/12/2009.

A pauta deveria incluir os seguintes temas:

1. Definição dos grupos de trabalho e regras de seu funcionamento.
2. Aprovação do cronograma de trabalho.
3. Estrutura do regimento interno do CONASP definitivo.
4. Regras para consultas públicas.
5. Acompanhamento da implementação das propostas da 1ª CONSEG.
6. Definição de critérios para convidados das reuniões.
7. Apresentação SENASP, DEPEN e PRONASCI e estratégia de acompanhamento 1ª CONSEG

O **Conselheiro Jânio Gandra** (Cobrapol) reitera a importância da apresentação pela Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL/MJ) do andamento das iniciativas que estão no Congresso Nacional relacionadas aos resultados da 1ª CONSEG.

O **Conselheiro Marcos Rezende** (FENDH) solicitou a inclusão do ponto de pauta sobre a participação dos convidados, reiterando assim uma importante demanda da sociedade civil organizada.



CONSELHO NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

A **Secretária Executiva Mariana Carvalho** repassou informações sobre sistema de passagens e diárias para conselheiros. Verônica Lins, Assessora da SE/CONASP responsável pela logística, também prestou orientações.

O Conselheiro **Marcos Rezende** (FENDH) sugeriu que MJ proporcionasse hospedagem aos conselheiros no caso de atraso no depósito de diárias.

A pedido do **Conselheiro João José Barbosa Sana** (FNP), foi aprovada por unanimidade moção com o seguinte texto:

*“AO GOVERNO FEDERAL,  
O CONASP SOLICITA O PLENO DESCONTINGENCIAMENTO E A PLENA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PREVISTO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA NO EXERCÍCIO DE 2009, NA PERSPECTIVA DO FORTALECIMENTO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS.  
SOLICITA AINDA TODO O EMPENHO DO GOVERNO NO SENTIDO DE QUE AS PECULIARIDADES ELEITORAIS DO ANO DE 2010 NÃO COMPROMETAM O PROCESSO DE FORTALECIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA.”*

O **Vice Presidente** e a **Secretária Executiva** agradeceram a presença dos participantes, repetiram os cumprimentos e os compromissos com o Conselho e encerraram os trabalhos da 1ª Reunião Ordinária do CONASP.

## LISTA DE PRESENÇA

1ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP				
15 de outubro de 2009 – Brasília/DF				
Conselheiros				
Representante	Instituição	Manhã	Tarde	
Tarso Genro (presidente)	MJ	não	não	
Ricardo Balestreri (vice-presidente)	MJ	sim	sim	
Celito Cordioli	ABC	sim	sim	
Márcio Corrêa Godoy	ABC	não	não	
Antonio Batista de Queiroz	ABML	sim	sim	
Railton Bezerra de Melo	ABML	não	não	
Benito Augusto Galiani Tiezzi	ADEPOL	não	não	
Gustavo Augusto da Silva Araújo	ADEPOL	sim	sim	
Luiz Gonzaga Ribeiro	ANASPRA	sim	sim	
José Florêncio de Melo Irmão	ANASPRA	não	não	
Marcílio Vieira	ANADEP	sim	sim	
Amélia Soares da Rocha	ANADEP	não	não	
Marcos Leôncio Souza Ribeiro	ADPF	não	não	
Cláudio Bandel Tusco	ADPF	sim	sim	
Abelmídio de Sá Ribas	AMEBRASIL	sim	sim	
Edmilson Fonseca	AMEBRASIL	não	não	
Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes	APCF	não	não	
Hélio Buchmüller Lima	APCF	sim	sim	
Francisco Sá Cavalcante	CONSESP	não	não	
Valmir Lemos de Oliveira	CONSESP	não	não	
Marina Magessi	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados	sim	sim	



CONSELHO NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

William Woo	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados	não	não
Jânio Bosco Gandra	COBRAPOL	sim	sim
Marcos Antonio Lima da Costa	COBRAPOL	não	não
Eliete Nascimento Borges	Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil	sim	sim
Giovani Eduardo Adriano	Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil	não	não
Gilson Menezes	Conselho Nacional das Guardas Municipais	sim	sim
Altair Daniel Dias	Conselho Nacional das Guardas Municipais	não	não
Wilmar Costa Braga	CONCPC	sim	sim
João Carlos Trindade Lopes	CNCG	não	não
Celso José Mello	CNCG	sim	sim
Luiz Alberto Barbosa	CONIC	sim	sim
Carlos Augusto Möller	CONIC	não	não
Erivaldo Ribeiro dos Santos	CNJ	sim	não
Paulo de Tarso Tamburini	CNJ	não	não
Geder Luiz Rocha Gomes	CNPCP	sim	sim
Ela Wiecko de Castilho	CNPCP	não	não
Marcos Antônio da Silva Costa	CNMP	sim	sim
Leonardo Azeredo Bandarra	CNPG	não	não
Maria de Lourdes Abreu	CNPG	sim	sim
Carlos Lélío Lauria Ferreira	CONSEJ	não	sim
Angelo Roncalli de Ramos Barros	CONSEJ	não	não
Cláudio Ferreira Gomes	DPF/MJ	sim	sim
Pehkx Jones Gomes da Silveira	DPF/MJ	não	não
Geovana Ferreira de Andrade Alves	DPRF/MJ	sim	sim
Ann Elizabeth Chaves Holanda	DPRF/MJ	não	não
Marlon Jorge Teza	FENEME	não	não
Abelardo Camilo Bridi	FENEME	sim	sim
Paulo Roberto Poloni Barreto	FENAPEF	sim	sim
João Valderi de Souza	FENAPEF	não	não
Fernando Luiz de Azevedo	FENAPRF	sim	sim
Marcos Dias dos Santos	FENAPRF	sim	sim
Simone de Jesus	FENAPPI	sim	sim
Jaqueline Santana Santos	FENAPPI	não	não
Renato Sérgio de Lima	FBSP	sim	sim
Humberto de Azevedo Viana Filho	FBSP	não	não
Marcos Resende	FENDH	sim	sim
Deise Benedito	FENDH	não	não
Cibele Kuss	FNOP	não	não
Geraldo Soares Wanderley	FNOP	sim	sim
Hélio de Oliveira Santos	FNP	não	não
João José Barbosa Sana	FNP	sim	sim
Benedito Mariano	GGI-M	sim	não
Pedro Álvares Cabral	GGI-M	sim	não
Almir Laureano dos Santos	GOB	sim	sim
Aderaldo Pereira de Oliveira	GOB	não	não
José Roberto Bellintani	ISPCV	sim	sim
Célia Cymbalista	ISPCV	não	não
Denis Mizne	Instituto Sou da Paz	não	não
Melina Risso	Instituto Sou da Paz	sim	sim



CONSELHO NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA

Carlos Eduardo Poças Amorim Casa Nova	Ligabom	não	não
Giovanni Tavares Maciel Filho	Ligabom	não	não
Airton Michels	MJ	sim	não
Paulo Maurício Teixeira da Costa	MJ	não	não
Cynthia Maria Pinto da Luz	MNDH	sim	sim
Gilson Cardoso	MNDH	não	não
Amauri Serralvo	OAB	não	não
Rosemeire Cecilia da Costa	OAB	não	não
Everardo de Aguiar Lopes	REDE DESARMA BRASIL	sim	sim
Suzana Varjão	REDE DESARMA BRASIL	não	não
Raquel Willadino Braga	REDE F4	sim	sim
Celso Athayde	REDE F4	não	não
José Vicente Tavares dos Santos	RENAESP	sim	sim
Kátia de Mello Santos	RENAESP	não	não
Fermino Fecchio	SEDH/PR	sim	sim
Daniel Lerner	SEDH/PR	não	não
Gerson Luiz de Almeida Silva	Secretaria-Geral da Presidência da República	não	não
Manoel Messias de Souza Ribeiro	Secretaria-Geral da Presidência da República	sim	sim
Helder Antonio Jacoby dos Santos	SINDAPEF	sim	sim
Adevilson Fernandes de São José	SINDAPEF	não	não
Sebastião Correia dos Santos	VIVA RIO	sim	sim
Antonio Rangel Torres Bandeira	VIVA RIO	não	não
<b>Secretaria Executiva</b>			
Regina Miki		sim	sim
Fernanda Alves dos Anjos		sim	sim
Mariana Carvalho		sim	sim
Fábio Deboni		sim	sim
Daniel Avelino		sim	sim
Guilherme Leonardi		sim	sim
Renata Florentino		sim	sim
Mateus Utzig		sim	sim
Luciane Patrício		sim	sim
<b>Observadores</b>			
<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>	<b>Manhã</b>	<b>Tarde</b>
Wagner Romão	Instituto Via Pública	sim	não
Edson Araújo	SENASP/MJ	sim	não